



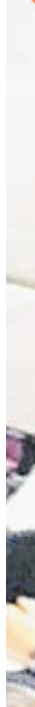
**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

22/01/2019

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. UNIDADES ADMINISTRATIVAS	2
2. JORNAL O PROGRESSO	
2.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	3
3. JORNAL O QUARTO PODER	
3.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	4 - 5



**DE
RELANCE**

Notas fiscais e mudança

O Tribunal de Justiça do Maranhão está orientando credores a emitirem notas fiscais somente a partir de 11 de fevereiro. O intuito é evitar atraso no recolhimento dos tributos que incidem sobre as notas fiscais e consequente pagamento de juros e correção monetária. Na circular, o órgão informa que a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo do Maranhão trabalha na mudança do sistema de execução orçamentária e financeira.

Notas fiscais e mudança 2

No capítulo: o sistema, além de alterar o cronograma de início do exercício financeiro, trará a necessidade de realização da certificação das notas fiscais no sistema e não mais com o simples atesto, até então utilizado. O prazo estimado para conclusão da transição do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios para o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal, com efetiva operacionalização, é 11 de fevereiro.

Sobre energia

Tudo indica que a Defensoria Pública do Maranhão abrirá procedimento de tutela coletiva para apurar possíveis irregularidades referentes a corte de energia elétrica em horário não permitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A decisão de investigar a prática deu-se em razão da manifestação realizada pelos prestadores de serviços da Cemar, na última sexta-feira, em frente ao Tribunal de Justiça do Maranhão, após homicídio de dois terceirizados da companhia.

Segundo a Aneel, a distribuidora deve adotar o horário de 8h às 18h, em dias úteis, para a execução da suspensão do fornecimento da unidade consumidora.

SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Mais de cinco mil acordos foram firmados pela Conciliação da Justiça estadual

Em 2018, quase seis mil acordos foram homologados pelo Judiciário maranhense. Os dados constam de Relatório de Atividades 2018 apresentado pelo desembargador José Luiz Almeida, presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPE-MEC), do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

De acordo com o documento, durante o ano de 2018 foram feitos 23.374 agendamentos de audiências de conciliação, com 5.817 resultando em acordos, com um valor de acordo chegando a R\$ 28.973.875,73. O número representa um índice de 24,89% de resolutividade. Dos agendamentos, 12.202 audiências foram realizadas, 10.532 uma das partes não compareceu e 644 uma das partes desistiu.

Em 2018, foram instalados três novos Centro de Conciliação: Centro de Conciliação e Mediação no Segundo Grau de Jurisdição; o 7º Centro Judiciário de Solução de Conflitos - parceria com a Faculdade UniCeuma - Campus Anil;

e o 2º Centro Judiciário de Solução de Conflitos na Comarca de Timon - parceria com a Faculdade CESM.

MUTIRÕES

Foram realizados 16 mutirões ao longo do ano de 2018. Entre os parceiros que promoveram os eventos estão a FACAM, Cemar, Centro Elétrico, Cyrela e Pitágoras. Esses eventos específicos totalizaram R\$ 12.301.551,24 em acordos.

Também foram realizados três Balcões de Renegociação de Dívidas em São Luís, Paço do Lumiar e Bacabal. Um total de R\$ 5.690.036,16 em acordos foi o resultado de 5.742 atendimentos nas três edições do evento.

Na Semana Nacional de Conciliação - realizada entre 5 e 9 de novembro de 2018 -, em cada unidade judicial foram escolhidos processos passíveis de serem apresentados em audiência de conciliação. As partes foram comunicadas sobre a disponibilidade, bem como as empresas indicaram processos com

propostas reais de acordo.

Dos processos que tramitavam em Varas Cíveis de São Luís, as audiências foram realizadas pelo 1º Centro de Conciliação e os demais unidades foram encaminhadas através de lista para realização nas

próprias unidades onde tramitam.

A Semana Nacional da Conciliação atendeu 15.116 pessoas, designou 8.866 audiências, realizou 8.032 audiências, gerando acordos em 2.031, num total de R\$ 6.730.447,39.

DIA DA JUSTIÇA

No dia 8 de dezembro, foi realizada a 1ª grande ação social alusiva ao Dia da Justiça, na comunidade do Tibiri (Centro de Educação Profissional e Tecnológica - Sesi/SENAI). No local, foram efetuados mais de 1.200 atendimentos, realizados por servidores da Justiça e voluntários previamente inscritos. Foram feitos agendamentos para audiências de conciliação - envolvendo divórcio, pensão alimentícia e confirmação de paternidade; coleta de material para realização de exame de DNA; renegociação de dívidas por meio de plataformas digitais; serviços odontológicos de extração, restauração e aplicação de flúor; expedição de carteira de identidade, CPF e antecedentes criminais; cadastro único para programas sociais e benefícios assistenciais para idosos e pessoas com deficiência; atendimentos sobre direitos do cidadão; cadastro do Bolsa Escola; avaliação nutricional; vacinas contra febre amarela, influenza; testes para DST/Aids, sífilis, hepatite B e C; consultas pediátricas; corte de cabelo e recreação com brinquedos e palhaço para as crianças.

Ao longo do ano, o Nupemec também realizou duas Oficinas de Parentalidade, nas quais capacitou 21 famílias.

Defensoria consegue R\$ 1 milhão, em convênio, para ampliar acesso à Justiça

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão garantiu recursos na ordem de R\$ 1 milhão junto ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen), para execução do projeto piloto "Fortalecimento do atendimento jurídico às pessoas privadas de liberdade". **Página 3**

Defensoria consegue R\$ 1 milhão, em convênio, para ampliar acesso à Justiça

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão garantiu recursos na ordem de R\$ 1 milhão junto ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen), para execução do projeto piloto "Fortalecimento do atendimento jurídico às pessoas privadas de liberdade". Com recursos do Fundo Penitenciário, a iniciativa inédita visa prestar assistência jurídica, promover o mapeamento dos presos que chegam ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas e implantar a visita virtual para pessoas privadas de liberdade no Estado do Maranhão e, assim, estimular a manutenção dos vínculos socioafetivos dos custodiados e suas famílias.

Os recursos serão investidos na contratação de pessoal, compra de equipamentos e de veículo para realiza-

ção de acompanhamento jurídico e psicossocial das pessoas que ingressam no sistema penitenciário da capital. Serão 2 assessores jurídicos, 1 assistente social, 1 psicólogo e 8 estagiários de Direito, além de uma van e 42 computadores com câmeras.

De acordo com o defensor público-geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos, essa iniciativa é de suma importância para ampliar a atuação da Defensoria Pública nas unidades prisionais. "Esse projeto vai possibilitar a criação de um grupo de acompanhamento do fluxo de entrada de presos no Centro de Triagem de São Luís, para que o ingresso de cada interno seja devidamente analisado, identificando eventuais problemas de índole jurídica, assistencial ou de saúde, para que a

Defensoria possa adotar as medidas pertinentes", explicou, esclarecendo ainda que, a partir de agora, será possível traçar um diagnóstico e o perfil das pessoas que ingressarem no sistema prisional em 2019.

O defensor-geral informou ainda que a meta é realizar 1.500 atendimentos a mais por ano às pessoas privadas de liberdade e seus familiares, reforçando o trabalho já desenvolvido pelo Núcleo de Execução Penal (NEP), que conta atualmente com 11 defensores.

O projeto prevê ainda a implantação da visita virtual, que permite o contato dos presos com seus familiares, por meio da realização de videoconferência. Esse instrumento será realizado nas unidades prisionais da capital e nas unida-

des da Defensoria Pública do Estado, conforme agendamento e procedimentos estabelecidos pela equipe contratada do projeto, que designará uma assistente social responsável para sistematizar os atendimentos.

Para o coordenador do NEP, o defensor Bruno Dixon Maciel, o projeto de fortalecimento da assistência jurídica vai possibilitar uma atuação mais concreta e célere por parte da Defensoria Pública em prol das pessoas privadas de liberdade, além da elaboração de um raio x da situação processual dos internos custodiados em São Luís. Por fim, a visita virtual será um valioso instrumento para permitir que presos custodiados na capital possam ter contato com seus familiares residentes em municípios do interior do Estado.